

LEITURAS/RECENSÕES

Dicionário da Crítica Feminista*

Ana Gabriela Macedo e Ana Luísa Amaral (orgs.). Porto, Edições Afrontamento, 2005.

Maria do Céu da Cunha Rêgo
Jurista

...
Antes de mais, agradecer. Pelo gosto e pelo reconhecimento. Vejo este convite para apresentar um livro de académicas com os méritos firmados de Ana Gabriela Macedo e de Ana Luísa Amaral, como um gesto amigo e solidário. Mas também o vejo como um gesto de quem sabe da importância estratégica da visibilidade das nossas pluralidades para o objectivo de progresso social que, de um ou de outro modo, com uns instrumentos ou com outros, nos inspira e nos move: um mundo igualmente justo para as mulheres e para os homens.

Agradeço este livro a quem o fez.

Pela legitimação, pela descodificação, pela controvérsia, pelo empoderamento. Pelo que inova, pelo que acrescenta, pelo que ensina, pelo que provoca, pelo que obriga, pelo que aprofunda, pelo que exige. Pela curiosidade que induz. Pela informação que oferece. Pelo compromisso a que convida.

E pela validação intercultural. Pelo apoio à investigação e ao ensino. Pela ajuda a quem entra no debate ou trabalha em formação. Pela importância de falar do mesmo. Pelo reforço da defesa de que a língua também há-de ser Pátria para as mulheres. Pelo acto de cidadania que traduz e que inspira.

Referem as autoras, a propósito das *Novas Cartas Portuguesas*, o «avassalador impacto que as palavras podem ter no *status quo*».

Podem, dizem bem. Porque é também com palavras que se fazem as leis de igualdade que hoje nos regem. E é claro que o seu impacto não chega para banir uma normatividade de papéis sociais de género opressora e perversa, feita de sinais, de gestos, de rotinas, de competitividades imitadas sem reflexão e sem questionamento. Feita de códigos subtis de demarcação de território, de lógicas

* Texto da apresentação da obra.

de guerra, de ganhar e de perder. Uma normatividade social também ela fixada e ensinada em palavras noutros dicionários. Dos quais, pela mão de Graça Abran-ches, escolho um¹. Que define

«**Homem**, s. m. (do lat. homine-). (como) Cada um dos representantes da espécie humana, animal racional, ...; O ser humano do sexo masculino (opõe-se a mulher)»².

e

«**Mulher**, s.f. (do lat. muliere-). (como) A fêmea da espécie humana; pessoa do sexo feminino, depois da puberdade. // ...»³

«A construção da realidade passa pela palavra, e o seu uso, na academia ou nos dicionários»,

continuam as autoras a dizer-nos. E sabemos que são ainda aquelas assimétricas definições de género que marcam as nossas vidas.

«O que podem as palavras?»

perguntamo-nos também ao constatar a impotência do direito de só por si constituir a resposta que transforma e que basta.

O que podem as palavras, ainda que sejam leis, contra o medo ou contra o risco de perda de conformação com o comportamento validado como «próprio» de mulher ou como «próprio» de homem? O que podem as palavras contra práticas de escuridão, convicta de que age iluminada e livre?

As palavras podem. Podem apelar à inteligência. Podem tornar clara a manipulação. Podem promover conhecimento e crítica. Podem opor-se à demagogia. Podem acordar sentimentos mais fortes do que o medo e transformá-los em energia e em vontade. Mas carecem de contexto e de acção coerente, se exigirem mudança individual ou estrutural. Como é o caso.

No Ano Europeu da Cidadania pela Educação, este Dicionário pode criar melhores condições para a reflexão, para o questionamento e para a intervenção indispensáveis à mudança.

Como as autoras nos dizem, o Dicionário pretende

oferecer, de um modo organizado e sistemático, uma selecção crítica dos conceitos que informam a crítica feminista, desafiando frequentemente as noções de «literário» e «autorizado» e assumir-se como instrumento crítico e político da conceptualização da diferença e da situação de subalternização, nomeadamente linguística das mulheres, bem como da sua invisibilidade como falantes.

Tornar mais audível a voz das mulheres é também ajudar a «aprender e viver a democracia», o lema que, em boa hora, o Conselho da Europa propôs

1 Grande Dicionário de Língua Portuguesa, coordenado por José Pedro Machado.

2 Grande Dicionário de Língua Portuguesa, coordenação de José Pedro Machado (para a Sociedade de Língua Portuguesa), 6 vols., Edição para o Círculo de Leitores, Lisboa, 1991 vol. III, p. 254.

3 Idem, vol. IV, p. 245.

para 2005. Porque já vai tardando o investimento consistente e robusto nesta área sobretudo por parte dos Estados.

Nem a cidadania nem a democracia caem do céu.

O que se faz para que as pessoas interiorizem que são cidadãos e cidadãs, e que podem, querendo, melhorar a sua vida?

O que se faz para as capacitar a responder com êxito ao novo paradigma de cidadania global que o nosso tempo exige, e que implica não apenas a dimensão do espaço geográfico ou o reconhecimento dos direitos humanos a todas as pessoas onde quer que se encontrem e quaisquer que sejam as suas circunstâncias, mas que igualmente abrange o conhecimento de temas relevantes e o treino de comportamentos baseados em valores que respeitem os direitos e as responsabilidades recíprocas de homens e mulheres, tanto na esfera pública como na esfera privada?

Em minha opinião, é a ausência generalizada de educação e de formação para a cidadania global, que mantém a igualdade de género como um tema desinteressante ou mesmo hostil, e cujas vantagens individuais e colectivas permanecem invisíveis para a maioria das mulheres e para a quase totalidade dos homens.

Homens e mulheres somos sujeitos de cidadania. De uma cidadania de iguais. De uma cidadania que é competência básica e transversal para a vida. Que, por isso, também tem que nos dar instrumentos concretos e acessíveis para passar de relações sociais de dominação e sujeição, para relações de igualdade. Que, por isso, só pode ser alcançada se por ela trabalharmos em conjunto e de boa fé, também para ajustar as estruturas, que apenas existem com pessoas e com as suas opções.

Continua a haver muito trabalho a fazer. Decerto com palavras, mas também com actos. Daí que, e aparentemente em oposição às autoras, eu entenda que mais do que numa era de «pós», nos encontramos numa era de «pré». É que ao continuarmos longe dos objectivos proclamados há mais de 10 anos na Conferência das Nações Unidas em Pequim, nos mantemos em pré-igualdade – como provam as assimetrias de género nos indicadores sociais – em pré-desenvolvimento – como provam as metas e os prazos dos Objectivos do Milénio – em pré-paz – como provam todos os dias os noticiários do que vai no mundo, e os «silenciários» do que vai nas casas.

Não defendo a «guerra de sexos». Considero-a mesmo uma das grandes armadilhas do nosso tempo. Homens e mulheres não têm, em minha opinião, que continuar a entreter-se a combater entre si: por poder, por recursos ou por prestígio.

Recuso teses de «culpa», de vingança, de castigo ou de perdão.

Quanto a mim, homens e mulheres têm que encontrar juntos e em paz o caminho da abolição da violência de género, que a ambos constrange na rigidez dos seus códigos de masculinidade ou de feminilidade dominantes.

Não são apenas as mulheres que assim não nascem e assim se tornam, como há quase 60 anos escrevia Simone de Beauvoir. Também os homens são tornados

homens. De modo desigual embora, é já reconhecido que também para eles a construção social do género é opressora.

E mulheres e homens continuamos longe de nos olharmos e de nos reconhecermos livres e iguais em dignidade e direitos, como proclama a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Temos, mulheres e homens, que aprender a praticar o nosso igual «ser indivíduo», a que terá que corresponder igual liberdade, igual valor social, igual reconhecimento, igual respeito, iguais oportunidades, igual poder negocial, iguais recursos, igual possibilidade de participação em todas as esferas da vida, iguais resultados no desenvolvimento humano.

Homens e mulheres, hoje, iguais pelo direito e face a ele, somos sujeitos de direito. Pelo que volto a discordar das autoras, talvez de novo aparentemente, quando assumem que «roubaram» a palavra por se apropriarem dela.

Hoje, diz o direito, a palavra é um bem público. Hoje, também as mulheres são sujeitos da palavra. Por isso, em meu entender, o que as autoras fizeram foi contribuir para revelar a palavra. Não decerto por qualquer direito divino de que fossem investidas. Mas pelo direito humano fundamental da livre expressão do pensamento e da participação livre na vida pública e na organização social, para cujo reconhecimento, ainda que ao tempo marcado por exclusões, muito ajudou há mais de dois séculos essa outra obra da palavra, também em jeito de dicionário, a que se chamou Enciclopédia.

Considero que o livro que aqui se lança – ao que julgo saber o primeiro com a sua natureza em Portugal e que há-de constituir referência e bibliografia obrigatória – levará muita gente a perceber melhor o mundo em que vivemos. Porque uma vez mais se evidencia, que o homem não é a medida de todas as coisas. Como sustenta aliás a nossa Constituição, que define o povo português como «um povo de homens e mulheres». Palavras sábias estas de Maria Lúcia Amaral⁴. Também elas reveladoras e agentes de progresso social. Também elas com força bastante para renovar a esperança.

Há 40 anos que a palavra de Manuel Alegre⁵ nos convoca e nos diz que é nas nossas mãos que começa a liberdade. Quem fez acontecer este Dicionário pode ajudar muita gente a perceber que também está nas nossas mãos cuidar da liberdade e legar a liberdade.

Muito obrigada
Porto, 7 de Junho de 2005

4 Amaral, Maria Lúcia (2004) «Um povo de homens e mulheres num país de Constituição débil» in *ex-æquo – Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, n.º 10, Porto, Edições Afrontamento, 17-27.

5 Alusão ao poema «As mãos» de Manuel Alegre, in *O canto e as armas [1967] in Obra poética*, Lisboa, Dom Quixote, 2000.